

# ASSENTAMENTOS RURAIS COMO CELEIROS DA CANA

POR ONDE CAMINHA A REFORMA AGRÁRIA?

VERA LÚCIA SILVEIRA BOTTA FERRANTE  
LUIZ MANOEL DE MORAES CAMARGO ALMEIDA

**RESUMO** *A controversa presença da cana nos assentamentos rurais nos últimos anos exige uma cuidadosa reflexão sobre sua interferência no modo de vida dos assentados e na relação dos assentamentos com a dinâmica do desenvolvimento regional. A presença da cana nos assentamentos tem suscitado ao longo desse período conflitos internos, discussões, nada consensuais sobre o passado/presente/futuro dessas experiências. A análise da parceria com as agroindústrias é atravessada, do nosso ponto de vista, pela noção de trama de tensões, exigindo que sejam submetidas ao crivo analítico as desigualdades constitutivas dessa polêmica integração dos assentados às usinas de açúcar e álcool, assim como as consequências socioeconômicas e ambientais da problemática transformação dos assentamentos rurais em celeiros da cana.*

**PALAVRAS - CHAVE** *Assentamentos rurais; reforma agrária; expansão da cana; impactos socioeconômicos e ambientais.*

**ABSTRACT** *The controversial presence of sugarcane in rural settlements in recent years require a careful reflexion over its interference in the way of life of the settlers and in the relation of the settlements with the dynamic of the regional development. The presence of sugarcane in the settlements has been causing internal conflicts, non-consensual debates about the past/present/future of these experiences. The analyses of the partnership with the agro industries is crossed, from our point of view, by the notion of tension plot, demanding to be given in to the analysis of the existent inequalities of this polemical settlers' integration to the sugar and alcohol processing plants, as well as the socio-economical environmental consequences of the transformation of rural settlements into sugarcane cellars*

**KEY WORDS** *Rural settlements; land reform; presence of sugarcane; socio-economical environmental impacts.*

## INTRODUÇÃO: UM ITINERÁRIO DE QUESTÕES POLÊMICAS

Dados reveladores da expansão da cultura canavieira são inegáveis. Novos produtores estão sendo continuamente agregados aos complexos agroindustriais, com a constituição de novas usinas/destilarias envolvendo grupos econômicos que já atuam no mercado, abrindo espaço para outros, inclusive estrangeiros. O processo de internacionalização envolvendo a cultura canavieira vem ganhando contornos novos, no circuito do qual usinas sustentadas por relações familiares têm fechado, o que tem prejudicado os pequenos municípios que têm sua vida econômica norteadada pela presença das agroindústrias e agravado as condições, já difíceis, dos trabalhadores rurais que vivem da cana.

A presença revigorada da cana nos assentamentos rurais expõe o futuro dessas experiências de reforma agrária a controvérsias da natureza diversa, o que exige um olhar atento e crítico sobre essa trajetória.

Dados do IEA–Seade (2005) mostram que os municípios que têm 70% de produção com cana no estado de São Paulo têm os mais baixos índices paulistas de responsabilidade social. Em outros termos, dados apologéticos da cana como vanguarda na produção de renda contrastam com outros (PNAD, 2004) que mostram um agravamento dos índices de responsabilidade social (educação, qualidade de vida, segurança alimentar) nos municípios com predomínio da cana na sua área agrícola.

Diante dessa expansão, cabe uma primeira reflexão: os assentamentos têm entrado nessa proposta de instalação/ampliação dos canaviais como atores coadjuvantes. O início e ampliação do plantio de cana nos lotes dos assentamentos – processo que tem, na região mais modernizada da agricultura paulista, cerca de 15 anos de idas e vindas – têm modificado o modo de vida criado nesse espaço. De quem é a responsabilidade? Como interpretar essa expansão? Como consequência inevitável do esvaziamento e da falta de continuidade das políticas públicas

dirigidas a assentamentos? Como efeitos da política de cercamento utilizada pelas usinas? Como estratégia de permanência na terra, dadas as dificuldades enfrentadas diante da política de créditos e de comercialização? Como uma manifestação de desobediência diante das diretrizes dos órgãos gestores para a política de assentamentos que proíbem os arrendamentos dos lotes?

Ainda mais, poderíamos associar a complexa transformação dos assentamentos rurais em celeiros de cana à possível falência das experiências de reforma agrária, já que a expansão de cana sugere a reprodução da monotonia da paisagem das monoculturas e das degradadas condições de trabalho a que são submetidos os cortadores de cana, movimento que se põe na contramão das perspectivas de autonomia e de desenvolvimento enquanto liberdade, sugeridas pelas políticas de assentamentos. Explicitando, se tomarmos a relação dos assentamentos com o desenvolvimento, não direta nem linear, mas pautada por tensões que se expressam no modo de vida e na maneira de inserção dos assentamentos nos contextos regionais, como interpretar a expansão da cana nesses espaços? Como ficam as contradições e possibilidades de um tipo de agricultura familiar diante dos constrangimentos estruturais das economias regionais e do entorno sociopolítico? Se a expansão da cana aparece associada ao agravamento dos índices de segurança alimentar, frustra-se a perspectiva de os assentamentos terem uma produção de alimentos de qualidade? A progressiva presença da cana nos assentamentos seria demonstração do predomínio de ações de acomodação dos assentados diante do ideário de integração econômica aos sistemas produtivos regionais?

Mais recentemente, sob o comando da Polícia Federal, em apoio ao Incra, a ordem de reintegração de posse no Assentamento Bela Vista do Chibarro provocou despejos, agressões, ameaças, incêndios de barracos, levando a reforma agrária a ocupar tristemente as manchetes policiais. Demonstração viva de que, além de questões de princípio e da forte argumentação de que a presença da cana compromete a produção de alimentos, os

conflitos têm efetivamente criado divisões no campo político-econômico ligadas, direta ou indiretamente, à expansão, em escala crescente, da cana. Movimento que não se dá por livre escolha dos assentados, mas envolve todo um orquestramento de interesses.

Controvérsias é que não faltam na discussão dessa questão que entra necessariamente na agenda das reflexões sobre o presente/futuro dos assentamentos rurais, os quais, nessa região, são formados por ex-boias-frias que já passaram pelo sistema de poderes e controles do trabalho na cana.

### **A CANA E O MODO DE VIDA DOS ASSENTAMENTOS**

A inserção sempre problemática dos assentamentos nos distintos contextos regionais a partir da expansão da cana cria uma nova trama de relações sociais, revelando tensões entre as práticas e as racionalidades dos diferentes agentes (assentados, técnicos, agentes políticos e outros mediadores) e o campo do poder, campo de forças sociais que disputam os destinos da reforma agrária, dimensionado a partir da escala local/microrregional.

Os assentados aparecem como sujeitos muitas vezes em posição de subalternidade, porém com presença ativa e desenvolvendo estratégias mais ou menos coerentes com possíveis projetos políticos de fortalecimento da agricultura familiar por via dos assentamentos. Outras vezes, parecem submergir a um sistema comandado pelo agronegócio. No caso da discussão ora travada, a trama de relações e tensões se constitui num campo específico, conforme Bourdieu, no qual estão em disputa tanto os possíveis distintos projetos de desenvolvimento dos assentamentos rurais, quanto a hegemonia política no território local/microrregional, ela mesma bastante definidora dos referidos projetos de desenvolvimento. Questões ligadas à cana nos assentamentos interferem significativamente no presente/futuro dessas experiências.

Um olhar sobre a trajetória dessas experiências de assentamentos nos mostra a possível construção de um novo modo de vida, que envolve um conjunto de relações desde as de vizinhança e com a comunidade inclusiva até as relações com o poder local e com a agricultura regional. Códigos tradicionais, racionalidades, o vai-e-vem de formas associativas, a reorganização do espaço produtivo/reprodutivo, os rearranjos em busca da cooperação podem ser observados nesse processo. Do mesmo modo, expressões de conflitos, de diferenças, muitas vezes atravessadas por mecanismos de poder, nos quais o clientelismo e as expressões da cultura da dádiva se fazem presentes também podem ser constatadas. Daí a necessidade de discutir a relação cana–assentamentos em função das tramas sociais constituídas pelos distintos conjuntos de agentes/atores sociais que animam o cenário local/regional, bem como através das tensões que se expressam no campo político-econômico (FERRANTE, WHITAKER e BARONE, 2003).

O modo de vida em questão é o constituído pelos assentados em sua busca por sustentabilidade num campo de disputas definido pelo jogo das forças sociais presentes no âmbito local/regional. Os assentados são, sim, os artífices desse modo de vida, mas o fazem sempre numa situação relacional, como diria Bourdieu. Os confrontos com as demais forças sociais (capital regional, agentes oficiais dos órgãos estatais responsáveis pela reforma agrária e os agentes do poder público municipal) podem ter, na relação com a cana, cenário privilegiado de observação.

A presença e a expansão da cana exigem uma reavaliação da discussão da sustentabilidade, seja econômica, ambiental ou social dos assentamentos. Assim, diferentemente das noções de impacto ou de mera integração, preferimos analisá-las da ótica de uma trama de tensões. A inserção dos assentamentos nos contextos regionais estudados tem-se dado mediante tensões explícitas ou latentes, conflituosas ou acomodativas na construção dessa rede de relações.

O cotidiano dos assentamentos mostra homens e mulheres assentados buscando autonomia econômica e política, desenvolvendo estratégias em meio a contextos regionais com característica específica. A presença da cana entra em choque ou implica restrições concretas à busca dessa autonomia.

Tais questões nos levam a buscar as mediações dos assentamentos com a dinâmica do desenvolvimento regional. Como fica essa expansão na definição de estratégias e iniciativas por parte dos trabalhadores assentados, na busca de reconstruírem um modo de vida adequado à nova situação que experimentam?

Nessa reconstrução, a “parceria” com as agroindústrias, nos termos em que ela se vem concretizando, exige a desconstrução desse conceito calcado na matriz teórica de capital social, a qual tem como princípio que a parceria deve estar embasada por valores como “solidariedade”, “reciprocidade”, “cooperação” e “confiança” (PUTNAN, 2000; SILVA, 2000). Na situação concreta da parceria com os assentados, trata-se da expressão institucional de um contrato no qual são dissimuladas relações assimétricas de poder. São as desigualdades constitutivas dessa relação responsáveis pela controversa integração dos assentados às parcerias com as usinas de açúcar e álcool que precisam ser submetidas a um crivo analítico.

A expansão da cana põe em questão a gestão do trabalho no interior dos assentamentos, a produção para o autoconsumo e a recuperação de um possível *ethos* camponês. Envolve conflitos, resistências e acomodações.

Temos certeza de que, nos assentamentos, existe uma reivindicação do rural e do local tanto para as populações assentadas quanto para o entorno. Reivindicação que não elimina a preservação de hábitos culturais próprios de uma cultura camponesa nos mais diferentes espaços da vida social, os quais se expressam através de códigos de reconhecimento social, de elementos da economia moral (BARONE, 2000). A expansão da cana leva à emergência de novas racionalidades? Estratégias e

projetos colocam, frente a frente, as possibilidades da agricultura familiar e o monopólio do agronegócio nos sistemas produtivos e na economia regional.

## O VAI-E-VEM DA ENTRADA DA CANA NOS ASSENTAMENTOS RURAIS

Há 15 anos, a proposta de um consórcio de cana, envolvendo o poder local – uma usina próxima localizada na região de Araraquara – e órgãos do Estado, trouxe desdobramentos e divisores de águas. Questões que reaparecem em outros momentos, pondo em discussão o modo de vida constituído nos assentamentos, a perspectiva de a agroindústria conviver com espaços diversificados de produção/reprodução social e, especialmente, o significado da cana como possível estratégia de permanência na terra. Questões que permitem o aflorar de dois eixos analíticos principais na interpretação dos assentamentos. Para os pesquisadores que insistiam em avaliar assentamentos por indicadores de sucesso, de eficiência e de fracasso, o consórcio ou a entrada da cana foi mais um episódio do “natimorto processo da integração dos assentamentos na região” (PINASSI e QUEDA, 1993).

Para os pesquisadores que investem em outra abordagem, reiterando a importância de se acompanhar o movimento dos assentamentos, em suas diferenciações, não unicamente pela lógica da inserção no mercado capitalista, o consórcio tem que ser compreendido como parte das relações complexas que envolvem assentamentos, poder local, inserção regional, mediações que têm que ser pensadas da perspectiva político-social, não unicamente por uma determinação econômica.

A explicação da entrada da cana como fator de se evitar a falência dos assentamentos da Fazenda Monte Alegre vinha carregada de raciocínios economicistas, aparentemente desvinculados da forte interferência do poder local (STETTER, 2000).

No final de 1992, o então prefeito do município de Motuca lança, na grande imprensa e nos meios de comunicação locais, o discurso de que iria levar à redenção o assentamento da Fazenda Monte Alegre, denominado por ele “Favela Rural”, através de um consórcio entre os assentados e a usina açucareira Santa Luiza Ltda. para o plantio da cana de açúcar.

O consórcio, anunciado como a única perspectiva de viabilizar economicamente os assentamentos de trabalhadores rurais, assentava-se, na verdade, no atributo de ser o boia-fria incapaz de “tocar a terra”. A omissão do Estado não era discutida. A plantação de cana, à semelhança de um arrendamento, permitiria, sob os termos anunciados pelo consórcio, um aumento do poder aquisitivo do assentado. Dos 16 hectares de terra de cada assentado, 12 hectares seriam utilizados para a plantação de cana de açúcar, cultura que, comprovadamente, não tem rentabilidade econômica em pequenas unidades de produção. Nos 4 hectares remanescentes, o assentado poderia plantar o que quisesse, dependendo de sua livre decisão.

O exame das peças constitutivas dessa proposta de consórcio nos põe diante de um quadro no qual a liberdade e autonomia são desfeitas, sendo recriada uma típica forma de assalariamento. Poderes e controles a esquadriñar o novo espaço social, reenquadrando-o nas marcas do “trabalho cativo”.

Em meados de 1995, a usina reaparece no núcleo da Fazenda Monte Alegre com uma proposta de consórcio modificada, a qual estipulava 50% dos lotes para o plantio de cana de açúcar, sendo retirados todos os benefícios diretos e indiretos presentes no modelo anterior.

Houve uma contraproposta do Sindicato dos Empregados Rurais de Araraquara e do DAF no sentido de continuidade da gestão e administração dos assentamentos, caso a parceria se efetivasse. A parceria começou a ganhar mais adeptos. Apesar do crescimento do número de famílias interessadas – de 70% a 80% – em aderir ao plano-piloto e à parceria com a usina, as condições de sua operacionalização sob comando de uma



cooperativa frustraram-se pelas próprias dificuldades associativas e pela resistência à adaptação a modelos coletivos forjados por outros para a vida dessas famílias.

Em um jogo de expectativas, idealizações e irrealizações, estratégias familiares para se viver melhor na terra aparecem no mesmo cenário em que a cana ganha espaço crescente. Expressões de clientelismo por parte do poder local se contrapõem a outras tentativas de uma nova cultura política.

A pressão que as usinas exercem sobre os projetos de assentamentos, a fim de que se dediquem à produção canavieira, passando a ser fornecedores de matéria-prima para as agroindústrias, nunca se interrompeu efetivamente. De forma mais ou menos dissimulada, a proximidade e o cercamento das usinas se constituiu, nas últimas décadas, em uma sombra a nublar a perspectiva de uma produção pluralista e diversificada nos assentamentos da região.

#### **A LEGALIZAÇÃO DA PRESENÇA DA CANA: DIVERGÊNCIA NA POSIÇÃO DOS ÓRGÃOS GESTORES**

No início o Incra, apesar de continuar, em princípio, contrário ao plantio da cana, pareceu assistir ao movimento como ator coadjuvante. Simultaneamente, o Itesp, através de portaria (24/10/2002), (re)estabeleceu parcerias entre lotes agrícolas dos assentados e agroindústrias, sob o argumento de dinamização do processo de capitalização das famílias beneficiárias dos projetos de assentamentos. Justificou a portaria que acabou por consentir, sob regras, o plantio da cana como perspectiva de garantir maior participação dos assentados na economia dos municípios e “suprir as indústrias de matéria-prima de fonte agrícola, além de aumentar, paralelamente a área plantada com gêneros essenciais à alimentação, consolidar os sistemas de produção existentes e até implantar unidades artesanais para o processamento dos produtos” (ITESP, Portaria n. 75-24/10/02).

Foi mantido o limite de 50% da área total nos lotes com área até 15 hectares; nos lotes com área superior a 15 hectares, estipulou-se até 30% da área total. A determinação de que a exploração deveria ser feita de forma individual, associativa ou coletiva, ficando proibida outra modalidade de exploração que não permitisse a participação direta dos beneficiários no planejamento, condução e comercialização da produção parece contrastar com o que passou a ocorrer. Há manifestações de resistência, agravadas no caso das queimadas que passam a entrar, sem pedir licença, nas casas e nos lotes dos assentados.

A polêmica é reacesa, tendo como cenário o poder local. O prefeito de Motuca – área de jurisdição de parte dos núcleos da Fazenda Monte Alegre – declara, em alto e bom tom, que o plantio de cana busca dar melhores condições de vida aos assentados.

Na avaliação do prefeito, “a crítica situação dos assentados não é culpa da falta de investimentos dos governos (estadual, municipal), mas da ingerência da própria Feraesp e, em alguns casos, dos próprios assentados” (*Folha de S. Paulo*, 13/10/2002). O movimento sindical, em princípio afastado dessa disputa, voltou a entrar em cena, estimulando audiências públicas e manifestações de resistência por parte dos assentados.

Apesar das afirmações de que prefeitura e órgãos técnicos têm todos os critérios para evitar que os assentamentos sejam arrendados ou danifiquem o ambiente, a realidade mostra outras facetas, que explodem principalmente na questão das queimadas e da quebra da autonomia, prevista, em princípio, no acordo sobre o plantio da cana.

No outro espaço, no Assentamento Bela Vista, sob jurisdição do Incra, há denúncias de que os assentados começaram a arrendar suas terras há mais de sete anos. Denúncia encaminhada pelo Itesp ao Incra, o qual procurou nos últimos anos retomar seu papel, solicitando reintegração de posse dos lotes irregulares ou totalmente arrendados às usinas. Situação que tem acirrado os conflitos e parece sobrepor-se a qualquer perspectiva de cooperação. A posição do Incra tem sido frontalmente contrária

ao plantio de cana. Iniciativas, ainda que tímidas, de outras alternativas de produção/reprodução social têm sido propostas pelo Incra, que tem buscado, na parceria com a Feraesp e com a Prefeitura Municipal de Araraquara, construir outro caminho para o Assentamento Bela Vista do Chibarro. Construção que tem enfrentado conflitos e cisões.

Da parte dos assentados da Bela Vista, apesar da cana crescer assustadoramente nesse espaço, há, dentre as 176 famílias, cerca de 20 que resistem, continuando com a agricultura de subsistência e pouca diversificação agrícola. Temem o fruto amargo da cana queimada. “A usina usa herbicida, que afeta o desenvolvimento do feijão, do milho. Também existe o problema da fumaça durante o período da colheita que invade nossos lotes de produção e de moradia”, é o desabafo de um assentado que tem procurado reorganizar os produtores para ações de enfrentamento ao cercamento das usinas e aos danosos efeitos da queimada.

Nesse mesmo cenário, dívidas acumuladas, pelo fato de os assentados fazerem retiradas antecipadas dos próximos rendimentos da cana das safras futuras, parecem recriar o sistema de vales, expressão de dependências e de subordinação.

O confronto entre duas lógicas assume contornos nítidos. De um lado, uma, precedida pelo imperativo da integração na racionalidade capitalista, apresenta a entrada da cana nos assentamentos como garantia de autonomia e de permanência na terra. De outro, a que procura levar os agentes políticos locais e regionais a verem na diversificação agrícola, na quebra da cultura da dádiva, outro caminho possível, ainda que cercado de indefinições.

A queimada é incluída naturalmente na primeira lógica, como garantia de emprego. Na segunda lógica, a queimada, associada aos venenos que acabam por afetar as plantações, representa, na fuligem e na fumaça, a perda da liberdade de ter, na terra, um espaço diferente de produção e de reprodução social. A chama da cana queimada assume, na representação simbólica

dos assentados que resistem, a marca da volta ao trabalho “cativo” esquadrihado por outros saberes e poderes.

## O QUADRO PRESENTE DAS PARCERIAS

O que significam, efetivamente, os contratos feitos em parceria com empresas ou agroindústrias?

Voltamos a afirmar que a grande diferença entre as diversas parcerias com o setor privado é a não utilização da mão de obra familiar nas produções e a perda de responsabilidade e de independência sobre a terra em algumas delas. As variações nos mercados específicos de cada produto também são importantes fontes de análise, pois, mesmo com contratos assinados, as oscilações dos preços no momento das vendas dão grandes diferenciais na hora de receber pelos produtos.

No caso da cana de açúcar agroindustrial, encontramos o caso mais complexo de parcerias entre assentados e setor privado. As usinas da região têm um longo histórico de assédio aos pequenos produtores assentados para o plantio nos lotes, conforme expresso na produção acadêmica voltada a essa temática (STETTER, 2000; BAÚ, 2002). Plantada de forma irregular por no mínimo dez anos, a partir de 2002, a Portaria n. 75-24/10/02 do Itesp, como já afirmado, regulamenta a cultura em metade dos lotes desse assentamento. Essa grande pressão da cana se deve, sobretudo, à estrutura agrária da região, principal polo produtivo do Brasil.

Verificamos outros impactos e consequências da atuação do setor canavieiro, principalmente no que se refere às questões ambientais e sociais afetadas pelo processo produtivo de álcool e açúcar. Na parceria com os assentados, plantar a cana implica problemas, como a fragmentação interna nos assentamentos entre os que plantam ou não, incluindo-se brigas e violência física. Além de trazer um forte risco de arrendamento da terra, inúmeros problemas relacionados às queimadas e aos demais

métodos produtivos têm afetado diretamente a população assentada em seu espaço de moradia e de trabalho.

No caso das parcerias com usinas canavieiras, temos duas situações que diferem devido ao tratamento dado pelos órgãos gestores, Incra (Bela Vista) e Itesp (Monte Alegre). Tais diferenças entre as posições dos órgãos gestores não serão objeto destas reflexões, que têm, como prioridade de análise, a discussão das controvérsias e das armadilhas muitas vezes dissimuladas, que se apresentam nas sedutoras parcerias propostas pelas usinas aos assentamentos rurais.

## O RISCO DO ARRENDAMENTO

Regulamentada em setembro de 2002, a Portaria n. 75-24/10/02 do Itesp permitiu as parcerias entre agroindústrias e assentados. Com ela, ocorreu uma explosão de contratos para o plantio de cana agroindustrial no Assentamento Monte Alegre. Desde então, o número de assentados que tem aderido à parceria vem aumentando rapidamente. O formato do contrato estipula que a cana poderá ser plantada em, no máximo, metade do lote, durante cinco anos (aproximadamente 7 hectares), com direito na primeira safra, durante a formação do canavial, a algumas horas de trabalho do trator da usina para destocar eucaliptos que ainda estão no solo, arar a terra e abrir os sulcos para plantar a cana, aplicação de “mata-mato”, cupinicida, veneno para formigas e ainda as mudas. O transporte e a pesagem também são a cargo da usina. Os serviços de formação do canavial são disponibilizados apenas na primeira safra (de 18 meses) e descontados em tonelagem, 50% na primeira colheita, 30% na segunda e 20% na terceira, embora, nessas duas últimas e demais safras, os assentados já não pudessem contar com esses serviços feitos pela usina. Eles tiveram que financiar os custos da produção com o dinheiro ganho nas safras anteriores, sem o apoio que receberam da usina na primeira, a chamada “produção facilitada”.

Apenas o trato e o corte seriam responsabilidades das famílias. O corte na verdade seria feito por mutirões, de forma que cada assentado participaria no corte dos demais. No entanto, não houve organização para isso e o que ocorreu foi a terceirização da mão de obra por turmas da usina. Foi por isso que a parceria ficou caracterizada como arrendamento em muitos lotes, já que não há trabalho familiar nos canaviais, espaço de individualização. Mesmo o trato diário foi feito muitas vezes por terceiros, ou seja, o financiamento, a preparação da terra, o plantio, a colheita, o transporte e a pesagem ficaram a cargo da usina.

Vimos então, antes mesmo da primeira colheita, que os assentados ficam a mercê do que a usina quer fazer nos lotes. As desconfiças de alguns assentados com essa parceria foram-se manifestando, especialmente em vista dos gastos com insumos, adubos e pagamento de mão de obra.

Ao contrário do que falavam os técnicos da usina e do Itesp e mesmo alguns assentados empolgados com a cana, a renda conquistada fica, em muitos dos casos, abaixo do esperado e menor do que outras alternativas como, por exemplo, a do milho. Entretanto, os assentados ficam com metade da área de seus lotes presa num contrato de cinco anos, inutilizada para outras culturas, se quiserem abandonar a cana. Tal perda de liberdade sobre suas terras já é traduzida hoje pela intenção ou até processos judiciais para anularem o contrato e saírem da parceria, processo complexos, de resultados não imediatos.

Há, de fato, alguns lotes em que a produtividade foi alta e, conseqüentemente, o lucro bem maior do que o caso relatado. Numa planilha fornecida pelo Itesp, constatamos grandes variações dessa produtividade nos diferentes lotes. Nos que foram plantados, 50% da área (o máximo permitido pela portaria), correspondendo a 7 hectares, a renda líquida variou de 12 mil reais até 25 mil reais na primeira safra de 18 meses. Mas há casos bem diferentes, como no exemplo do assentado que obteve o recorde regional de produtividade por hectare, ficando com renda líquida de 35 mil reais, plantando 6,5 hectares, ou

casos como outros dois assentados, que também plantaram em 6,5 hectares e obtiveram renda líquida em torno de 5 mil reais em 18 meses. Sobre essas variações recaem o peso do cuidado dado pelos assentados à cana em seus lotes, certamente, mas há também evidências de que a usina pode antever o lucro em cada caso nos momentos da pesagem da cana e da aplicação de insumos pela falta de fiscalização e de balança no próprio assentamento.

Progressivamente, crescem as desconfianças que os assentados têm sobre os insumos, o transporte e a pesagem, reforçando o fato de eles ficarem à mercê da usina em todo o processo produtivo, inclusive sobre o cálculo da produtividade e do lucro. Há outros elementos a considerar nessa trama, entre eles, a relação de compadrio que alguns assentados têm com usineiros, o que por vezes os beneficia na hora de “pegar o cheque”. Durante uma mesma safra, o lucro de assentados que plantaram no mesmo período, na mesma área, varia muito. Existem assentados que parecem ser um tipo de representante da usina na parceria, eles controlam as turmas de trabalho que plantam e colhem a cana, as horas de máquinas na preparação da terra. Geralmente alguns deles têm uma antiga relação de trabalho com a usina ou até são funcionários dela. Depoimentos de alguns assentados indicam sua desconfiança diante do fato de terem conseguido alta renda com a cana, enquanto alguns outros estão em endividamento progressivo. Falou ainda que, para os assentados do segundo caso, técnicos do Itesp sugeriram que pegassem financiamento do Pronaf, para custear a continuação do plantio de cana, o que vem na contramão do princípio desse crédito. Ainda sobre esse fator de variáveis na produtividade, sabemos que há apenas uma frente de trabalho para formar o canavial e fazer a colheita nos lotes. Como são muitos os lotes, a própria usina é quem determina em qual lote fará primeiro os serviços, podendo com isso prejudicar aqueles com quem tem menos afinidades, o que gera a recriação de clientelismos nesse sistema de poderes e controles.

Apesar da inércia a que os assentados ficam submetidos com a parceria, principalmente no que diz respeito ao controle da produtividade e da renda auferida com a cana, há expressões de acomodação e de sucesso financeiro para alguns. Pode significar um bom dinheiro recebido anualmente, enquanto na outra metade do lote se consegue a manutenção da agricultura familiar, a diversificação agrícola que os provêm de alimento e de renda proveniente da venda do excedente, situação que não pode ser generalizada.

Há igualmente exemplos de assentados que produzem hortaliças e legumes e têm estruturas de horta no lote que lhes garantem o autoconsumo e a renda através da venda direta e da participação em programas municipais. O dinheiro advindo da horta garante a renda do dia-a-dia, enquanto o da cana garante uma renda anual para investimento na horta e demais atividades do lote, situações que são, no presente quadro, exceções.

A cana nos assentamentos tem várias faces, as quais diferem pelas experiências individuais e principalmente pelo retorno financeiro que cada um consegue com ela. O que mais marcou a presença dela nos lotes foi a carência dos assentados com uma alternativa que lhes desse renda para investimento. A “imposição” da cana é uma constatação que vem da própria característica da paisagem regional, na qual se vê homogeneamente a cultura plantada pelas usinas do complexo agroindustrial local, a qual organiza grande parte da economia regional. Se fossem usinas de beneficiamento de arroz, provavelmente seria essa cultura a invadir os lotes.

A parceria se reveste de roupagens enganosas. Os assentados que têm, em princípio, na terra, condições novas de reprodução social retornam na condição de “parceiros associados” à situação de subordinação vivida anteriormente no passado, enquanto ex-boias-frias explorados pelo trabalho nas usinas. O Incra, na posição de ser contrário à cana, reitera a necessidade de a reforma agrária gerar políticas públicas, para se mudar a composição da paisagem homogeneizada pela cana e seus respectivos mecanis-



mos de controle, de poderes e de exploração de trabalhadores. Isso não vem ocorrendo com a política de assentamentos praticada atualmente, por vezes vazia em investimentos e credibilidades, em alternativas de interesse aos assentados e coniventes até demais com as usinas, causando revolta aos que lutam contra a subordinação no complexo canavieiro.

Não se pode generalizar, mas em alguns lotes ocorre o arrendamento total através da parceria. Como dito anteriormente, as variações demográficas da família, a mão de obra disponível e a capacidade de investir em insumos são fatores que variam de um lote para outro. Os que compram insumos e os aplicam, fazem a carpa, cuidam da cana em seu lote, não podem ser colocados como arrendatários, pois, mesmo com todas as características da parceria, eles têm trabalho no canavial e fazem um balanço de investimentos e esforços necessários. Por outro lado, existem muitos lotes que são totalmente arrendados, seja pela composição familiar ou em função da pluriatividade, que envolve assalariamento fora do assentamento.

## CONCLUINDO OU REPONDO PROBLEMAS

Com certeza, impactos da expansão da cana não podem ser analisados como um movimento de mão única, como impulsionadores da dinâmica regional ou como geradores únicos de renda à população assentada. Há complicadores que nos levam a retomar a relação inicial, apontada entre desenvolvimento e assentamentos rurais, mediada pelo conceito de Sen, para quem o desenvolvimento pode ser entendido como expansão das liberdades (2000, p. 18).

Com a expansão da cana, quais disposições criadas nos assentamentos são capazes de possibilitar aos assentados tomarem as rédeas de suas vidas em suas próprias mãos, garantindo sua subsistência e ampliando suas perspectivas de renda, sem prejuízo das alternativas de participação, de inclusão e de organização social? A partir do controle do espaço pelos

usineiros, a gestão que os assentados podem imprimir ao território dos assentamentos, nos aspectos de sua mobilização e participação econômica, fica, em princípio, prejudicada.

A própria eleição direta dos representantes do assentamento acabou sofrendo solução de continuidade (no caso do Assentamento Bela Vista do Chibarro). Praticamente é cassada a liberdade de escolha dos assentados que passam a ter seu espaço “vigiado” por outros. Nos contratos firmados com as agroindústrias, há uma assimetria de informações. Os assentados desconhecem as fórmulas de previsão da safra, de preço da cana – as quais são de domínio de agentes contratados pelos usineiros –, o que os leva a ficar, de fato, de fora do processo. Os assentados não conseguem saber o valor real de sua produção, o que foi gasto, a quantidade e qualidade dos insumos, a pesagem da cana e, muito menos, como essa produção entra no circuito nacional e internacional de expansão da cana.

Nesse quadro, é complicado dizer simplesmente que, ao garantir uma determinada renda, a cana passa a ser responsável pela “eficiência” dos assentamentos ou pela ampliação da renda agrícola e da dinâmica econômica dos municípios. Mesmo porque os assentamentos não podem ser unicamente dimensionados por indicadores de eficiência econômica ou pelas ambiguidades de se avaliar tais experiências pela renda monetária. No acompanhamento dessa difícil travessia em direção à inclusão social e à cidadania, outras questões se apresentam na experiência da reforma agrária.

Na vivência dessa experiência, ao aceitar a parceria da cana, os assentados passam a enfrentar outros problemas e os riscos de se verem, novamente, em situação “cativa”. É preciso igualmente que se diga que não têm havido, no campo das políticas públicas dirigidas a assentamentos, reais oportunidade e/ou alternativas que se contraponham à expansão da cana. A própria perspectiva de revitalização da diversificação agrícola acaba sendo afetada, embora não se possa dizer que ela saiu de cena, podendo, em princípio, garantir estratégias de permanência na terra, com maior liberdade de decisão familiar.

Dados observados nas produções destinadas ao autoconsumo das famílias têm revelado expressões dessa diversidade (criação de capivaras e agroindustrialização de buchas de banho no Pontal, casos do frango e da mandioca na região de Araraquara). Nesse caso, as práticas agrícolas mantêm elos com os conhecimentos tradicionais, os quais são “dispensados” na cultura canavieira. Tratando-se de cana, como já afirmamos, as usinas ficam à frente de toda a produção, cabendo aos assentados apenas receber por sua produção no ato de entrega e não decidir como são estipuladas, no contrato, as condições de sua participação. Há cláusulas nos contratos que impedem os assentados de qualquer resistência legal aos usineiros, o que cristaliza, efetivamente, uma relação de assimetria.

Nos casos em que os assentados ficam endividados por conta de um contrato, representantes dos órgãos gestores chegam a indicar o financiamento do Pronaf para a continuidade da produção e para que consigam cumprir o contrato. Consequentemente, há uma transferência de renda de financiamentos que serviriam, em princípio, para apoiar a agricultura familiar, mas ficam nas mãos das agroindústrias.

O caso de assentamentos vizinhos às usinas que chegam a fornecer cana mediante projetos do Pronaf, financiando todo processo produtivo da cana, aguça as contradições dessa trama de tensões. Há outras situações a considerar. Na região de Araraquara, como uma forma de contemplar os assentamentos na agenda municipal, existem programas (da Prefeitura, eventualmente em parcerias com outras esferas do governo) que absorvem parte da produção existente. São ações voltadas para a venda direta dos produtores aos consumidores da cidade (Programas de Feira do Produtor, Direto do Campo) ou para integrar essas produções em projetos de âmbito local, como merenda escolar, restaurantes populares e instituições assistencialistas. Tais iniciativas devem ser investigadas como um embrião de modelo de desenvolvimento alternativo às economias regionais, capaz de alterar, com ganho qualitativo,

padrões de segurança alimentar e de responsabilidade social dos municípios, os quais são visivelmente prejudicados com a má distribuição de renda causada pela expansão da cana, com consequentes agravantes na qualidade de vida. Tais fatos e outros que poderíamos apontar como desdobramentos no campo dos direitos trabalhistas e previdenciários. Casos de perda de direitos adquiridos de aposentadoria “especial”, justificados pela nova condição dos assentados na parceria, mostram que os impactos da expansão da cana nos assentamentos vão muito além da esfera estritamente econômica.

Como iniciativas desse modelo de desenvolvimento alternativo, as quais acenam para redes de proteção e cooperação dos atores locais e regionais, podem ser citados a inclusão de alimentos da agricultura familiar na merenda escolar, os cursos de capacitação para merendeiras e membros dos conselhos de alimentação e rural dos municípios, o banco de alimentos, a colheita urbana, a central de abastecimento solidário, o serviço de inspeção municipal, os programas de aquisição de alimentos, restaurante popular e programas de treinamento de tecnologias de gestão da agricultura familiar etc.

Questões e dilemas que se apresentam, tal como no caso da cana, em escala crescente. De um lado, a expansão da cana provoca certo fascínio, favorecendo, sob um ângulo, a falsa impressão de segurança dos assentados sobre a própria vida. Nesse circuito, cabe lembrar, como outro aspecto complementar, a relativa “pressão” exercida pelos jovens filhos de assentados, para fazer universidades, caminho que parece ser, em princípio, mais facilitado para aqueles que vivem da cana. Expectativas pragmáticas que não necessariamente se sustentam ao longo dos contratos de cinco anos. Situação a mostrar a expansão da cana alimentando individualismos, com quebra das construções coletivas, das expressões de solidariedade vivenciadas nesse novo espaço social. Ainda mais, situação que se põe na contramão de políticas de maior segurança alimentar e de responsabilidade social. De outro lado, acirram-se, no presente, conflitos com o

órgão gestor, sinalizados pelas ações de reintegração de posse movidas há mais de uma década pelo Ministério Público, em vista de denúncias do Incra de irregularidades na relação com a terra, como venda de lotes, utilização de áreas de reserva, compra de vários lotes, desenvolvimento de atividades não compatíveis com a finalidade da reforma agrária, ações que envolvem cerca de 17 famílias no Assentamento Bela Vista do Chibarro, mas vêm tendo repercussões em todo conjunto da população assentada. Conflitos que estão diretamente ligados à expansão da cana que está, na verdade, no bojo de muitas dessas questões irregulares responsáveis pelo acirramento das divisões que têm levado o Bela Vista a ser alvo de manchetes policiais.

Ainda mais, problemas ambientais e outros são atribuídos pela União Nacional das Indústrias Canavieiras à incapacidade dos pequenos produtores fornecedores de cana de alcançarem patamares ambientais e de produtividade dos usineiros. Atribuições que acenam com possíveis mudanças na relação das usinas com os pequenos produtores, com perspectiva de aumentar a discriminação e a dependência dos pequenos fornecedores ao circuito dos complexos agroindustriais.

Com cautela, pode-se dizer que a expansão da cana tem reavivado a trama de tensões, mas não pode ser vista como guardiã necessária ou detentora única do destino final do futuro dos assentamentos de reforma agrária.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARONE, L. A. Assistência técnica aos assentamentos de reforma agrária: da política reativa ao vazio de projeto – O caso do estado de São Paulo. *Retratos de Assentamentos*, Araraquara, FCL/Unesp, n. 08, 2000.

BARONE, L. A. *Conflito e cooperação*: o jogo das racionalidades sociais e o campo político num assentamento de reforma agrária. 2002. Tese (Doutorado) – FCL/Unesp, Araraquara.

- BARONE, L. A.; FERRANTE, V. L. S. B.; KURANAGA, A. A. O futuro dos assentamentos rurais em questão: o retrato dos dilemas em espaços regionais distintos. II Jornada de Estudos em Assentamentos Rurais. Campinas, Feagri–Unicamp/CRBC–École des Hautes Études en Sciences Sociales, 2005.
- BAÚ, C. H. R. *Pequenos produtores fornecedores de cana-de-açúcar na região de Araraquara (SP): uma estratégia de produção e sobrevivência no Assentamento Bela Vista do Chibarro*. 2002. Dissertação (Mestrado) – FCL/Unesp, Araraquara.
- BERGAMASCO, S. M. P. P. et al. (Org.). *Dinâmicas familiar, produtiva e cultural nos assentamentos rurais de São Paulo*. Araraquara: Uniara; Campinas: Feagri/Unicamp; São Paulo: Incra, 2003.
- BOURDIEU, P. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.
- FERRANTE, V. L. S. B. *A chama verde dos canaviais*. 1992. Tese (Livre-Docência) – FCL/Unesp, Araraquara.
- FERRANTE, V. L. S. B.; ALY JUNIOR, O. (Org.). *Assentamentos rurais: impasses e dilemas (uma trajetória de 20 anos)*. São Paulo: Incra/Uniara, 2005.
- FERRANTE, V. L. S. B.; BERGAMASCO, S. M. P. P. (Org.). *Censo de assentamentos rurais do estado de São Paulo*. Pesquisa Multicamp/Unesp – Análise e Avaliação dos Projetos de Reforma Agrária e Assentamentos do Estado de São Paulo, dez. 1995.
- FERRANTE, V. L. S. B.; SANTOS, M. P. dos. A cana nos assentamentos: novas roupagens, velhas questões. *Anais do XLII Congresso da Sociedade Brasileira Economia, Administração e Sociologia Rural*. Juiz de Fora, jul. 2003, CD-ROM.
- FERRANTE, V. L. S. B.; SILVA, M. A. M. A política de assentamentos e o jogo das forças sociais no campo. *Perspectivas*, Edunesp, n. 11, 1988.
- FERRANTE, V. L. S. B.; WHITAKER, D. C. A.; BARONE, L. A. *Poder local e assentamentos rurais; expressões de conflito, de acomodação e de resistência*. Projeto de Pesquisa (CNPq). Araraquara: Nupedor; Presidente Prudente: Gepep, 2003.

HOUTZAGER, P. P. *Os últimos cidadãos: conflito e modernização no Brasil rural (1964-1995)*. São Paulo: Globo, 2004.

IEA - Instituto de Economia Agrícola do Estado de São Paulo: <http://www.iea.sp.gov.br>; SEADE - Fundação Sistema de Análise de Dados: <http://www.seade.gov.br>. Acesso out 2005.

ITESP. Portaria n. 75-24/10/02. *Diário Oficial do Estado*. Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo “José Gomes da Silva”, 2002.

MEDEIROS, L. S. de; LEITE, S. (Org.). *Assentamentos rurais: mudança social e dinâmica regional*. Rio de Janeiro: Mauad, 2004.

NEVES, D. P. *Assentamentos rurais: reforma agrária em migalhas*. Niterói: Eduff, 1997.

PINASSI, M. O.; QUEDA, O. Consórcio canavieiro: proposta inovadora ou reedição de práticas tradicionais?. *Revista de Reforma Agrária*, Campinas, Abra, v. 23, n. 2, maio/ago. 1993.

PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios: <http://www.pnad.gov.br>. Acesso dez 2004.

PUTNAN, R. D. *Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

SEAD. Fundação Sistema de Análise de Dados. Disponível em <<http://www.seade.gov.br>>.

SEN, A. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Cia. das Letras, 2000.

SILVA, M. A. de M. *Errantes do fim do século*. São Paulo: Fundação Editora da Unesp, 1999.

STETTER, E. A. *A cana nos assentamentos rurais: presença indigesta ou personagem convidada?*. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Unesp/FCLAR, 2000.

WHITAKER, D. C. A. A questão da diversidade em assentamentos de reforma agrária: Araraquara/SP. In: BERGAMASCO, S. M. P. P. et al. *Dinâmicas familiar, produtiva e cultural nos assentamentos rurais de São Paulo*. Araraquara: Uniara; Campinas: Feagri/Unicamp; São Paulo: Incra, 2003.

---

VERA LÚCIA SILVEIRA BOTTA FERRANTE é doutora em sociologia, coordenadora do Mestrado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente do Centro Universitário de Araraquara, Uniara, <mestrado@uniara.com.br>.

LUIZ MANOEL DE MORAES CAMARGO ALMEIDA é doutor em sociologia, professor do Mestrado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente do Centro Universitário de Araraquara, Uniara, e pesquisador colaborador da Faculdade de Engenharia Agrícola da Unicamp, <mestrado@uniara.com.br>; <manuel77@yahoo.com.br>.